

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2021 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

C932c Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018) :
2021 o abismo brasileiro no espelho do mundo / Diogo Cunha, Rodrigo
Nabuco, Maud Chirio (orgs.). - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.
299 p. ; 23 cm. - (Ciências sociais).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-0370-2

1. Ciência política – Brasil. I. Cunha, Diogo. II. Nabuco, Rodrigo.
III. Chirio, Maud. IV. Título. V. Série.

CDD – 378.3

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156-4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Diogo Cunha
Rodrigo Nabuco
Maud Chirio
(org.)

**CRISE POLÍTICA E VIRADA
CONSERVADORA NO BRASIL (2014-2018)**
O ABISMO BRASILEIRO NO ESPELHO DO MUNDO

Appris
editora

consequência das denúncias de corrupção e da Operação Mãos Limpas. É o que mostra Jean-Louis Briquet em seu capítulo *Luta anticorrupção e conflitos políticos na Itália dos anos 1990*: o desmoronamento do regime democrata-cristão foi resultado de uma recomposição da elite dirigente que se engajou a favor das investigações, reorganizando o jogo político. Nesse processo, a magistratura, como no Brasil, exerceu um papel incontornável. O que as duas experiências demonstraram foi que a apropriação da luta contra a corrupção como arma política – e a disposição dos atores políticos a levar essa luta às últimas consequências contra o campo opositor –, longe de realizar qualquer avanço em termos de moralização da vida pública, preparou o terreno para a ascensão de Silvio Berlusconi, na Itália, e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

Diogo Cunha
Rodrigo Nabuco
Maud Chirio

COMBATE À CORRUPÇÃO, CONFLITOS POLÍTICOS E A TECEDURA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Marco Otávio Bezerra

No Brasil, a vinculação de políticos e atividades políticas a práticas de corrupção ganhou novo reforço com a Operação Lava Jato, iniciada em 2014. Conduzida pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e Justiça Federal, o foco principal da investigação foi direcionado para *esquemas de corrupção*¹ identificados em contratos de aquisição de serviços celebrados pela empresa estatal Petrobras durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016². Se a associação entre política e corrupção não era, certamente, uma novidade na vida pública do país, o fato de ter sido sustentada em uma narrativa jurídica atribuiu-lhe novas formas de credibilidade e concorreu para a evolução da *crise política*³ que marcou o segundo mandato (1.º de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016) da presidente Dilma Rousseff (PT). A atuação da Lava Jato, as notícias diárias divulgadas pelos meios de comunicação sobre o envolvimento de dirigentes e políticos dos partidos que integravam a aliança governamental, sobretudo os do PT, em *escândalos de corrupção* e as manifestações (nas ruas e redes sociais) a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff foram acompanhados da intensificação das disputas políticas entre o governo e a oposição e no interior da própria aliança governamental. O clima de tensão política e as lutas em torno do significado dos processos em curso estavam inscritos nas suspeitas de conspiração, nas denúncias de golpe, nos pedidos de renúncia do governo, na defesa do impeachment e nas convocações de respeito à democracia. O desenvolvimento da *crise política* incluiu entre seus

¹ Os termos e expressões grafados em itálico destacam categorias centrais e usos particulares que adquirem no contexto e no material empírico aqui analisado (jornais, revistas, gravações, documentos etc.).

² O procurador Deltan Dallagnol justifica o corte cronológico alegando a prescrição, na prática, de crimes cometidos há mais de 12 anos e a dificuldade para a reunião de provas destes crimes (DALLAGNOL, 2017, p. 135).

³ Logo nos primeiros meses do segundo mandato a oposição acusava o governo de viver uma crise política, o que, por sua vez, era negado pelo governo. O termo passou a ser utilizado pela imprensa para descrever as disputas entre os aliados políticos por cargos, os conflitos entre o governo e o Congresso Nacional e a queda de aprovação do governo nas pesquisas de opinião. Cabe observar que, apesar de abordar alguns de seus aspectos, não é meu objetivo aqui examinar os usos da noção de crise ou o significado da crise no período aqui considerado.

principais eventos o impeachment da presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016, e a nomeação para a presidência da República do vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático do Brasil, PMDB).

Uma das interpretações correntes veiculadas nos meios políticos, midiáticos e intelectuais sobre a *crise política* e o impeachment de Dilma Rousseff é que eles são uma consequência direta das revelações de corrupção divulgadas pela Lava Jato. Segundo essa perspectiva, que aqui será contestada⁴, a *crise* é concebida, particularmente, como o resultado da perda de legitimidade política e moral das autoridades políticas e administrativas implicadas nas denúncias, isto é, da incapacidade de adequarem suas ações às normas e valores estabelecidos como ideais de funcionamento da administração pública e da política. Essa noção de legitimidade, como argumenta Briquet (2010) a partir da análise da “crise política” na Itália nos anos de 1990, tem limites na medida em que minimiza a importância que os confrontos entre os adversários políticos e os sujeitos que controlam as posições de poder institucional ocupam em processos de deslegitimação de governos e ordens políticas. Tendo em mente esse argumento, interessa-me no texto examinar como a narrativa da corrupção e as medidas de combate à corrupção adotadas pela Lava Jato foram incorporadas às disputas políticas e contribuíram para a criação de novas condições políticas que possibilitaram, via o uso do dispositivo do impeachment, a tomada do poder pelas forças políticas reunidas em torno do vice-presidente Michel Temer.

Além de estimular as manifestações de descrédito geral da política e de falta de confiança nos políticos, proponho que parte do significado que adquiriram as denúncias de corrupção neste contexto residiu no modo como elas foram apropriadas, fomentaram os conflitos entre partidos e autoridades políticas e justificaram as ações dirigidas para a destituição da presidente. Quisessem ou não os agentes jurídicos envolvidos na Operação Lava Jato, tal como observa Briquet (2001) para o caso italiano, eles exerceram um papel político ao inundarem a agenda pública com denúncias de corrupção. Como argumenta Johnston (1996), os conflitos políticos constituem uma dimensão importante a ser considerada nas ideias formuladas sobre a corrupção e nos efeitos sociais que lhes são associados. Assim, proponho que a forma que adquiriu a crise política na qual se inscreveu o impeachment de Dilma Rousseff resultou menos da natureza das revelações de corrupção difundidas pela Lava do que do modo como foram integradas às disputas

⁴ A ruptura com esse tipo de perspectiva é adotada também por Limongi (2017). No artigo, o autor examina a perda de apoio a Dilma Rousseff no parlamento à luz dos conflitos entre o Planalto e o Congresso Nacional.

políticas, promoveram um reposicionamento dos agentes políticos e criaram novas oportunidades políticas.

O ponto de partida deste trabalho é, portanto, a interrogação sobre o significado das revelações de corrupção publicizadas pela Operação Lava Jato nos acontecimentos políticos dos quais resultou, entre outros aspectos, a ascensão do grupo político liderado pelo vice-presidente Michel Temer e seu partido, o PMDB, à direção do governo federal. Mais precisamente, ele propõe – inspirado na análise feita sobre o “caso Andreotti” na Itália por Briquet (2001 e 2010) – explicar como as denúncias de corrupção e os fatos que elas produzem promovem modificações na estrutura de oportunidades políticas e nas estratégias mobilizadas pelos agentes políticos. Trata-se, portanto, de refletir sobre usos políticos da noção de corrupção e seus efeitos. A prisão e a ameaça de prisão de políticos, a condenação pública de investigados, a prisão de empresários que operavam como fontes de recursos econômicos da vida política e as alterações nas regras eleitorais são exemplos de medidas que modificaram as oportunidades e estimularam os agentes políticos a buscarem novas formas de sobrevivência política e novos posicionamentos em relação às novas divisões políticas (BRIQUET, 2010). Assim, na primeira parte, o texto examina a narrativa da Lava Jato sobre a corrupção no Brasil, seus julgamentos negativos sobre as práticas políticas vigentes e as estratégias mobilizadas pelos procuradores para garantir o apoio da *sociedade* à investigação. Em seguida, é dada atenção à relação entre as revelações efetuadas pela Lava Jato e as manifestações de rua que se posicionaram em favor da luta contra a corrupção e o impeachment. A organização de manifestações pode ser entendida como um dos usos políticos das revelações de corrupção e tem, em associação com os meios de comunicação, um papel importante na difusão de questionamentos e de oposição ao governo. Na última parte, dou atenção ao modo como a atuação da Lava Jato estimula as disputas no interior da aliança governamental, especialmente entre PT e PMDB, ao processo de ruptura entre os dois partidos e ao modo como o vice-presidente se constrói como alternativa política para assumir a presidência da República através da promoção do impeachment.

Operação Lava Jato: cruzada moral e julgamentos da política

A narrativa sobre a corrupção difundida pela Lava Jato e as denúncias encaminhadas pelos procuradores à justiça têm um papel central na

intensificação das críticas dirigidas ao governo e nas disputas políticas intensificadas a partir do início de 2015. As informações divulgadas sobre o envolvimento de autoridades governamentais em desvios de recursos da Petrobras e a participação de grandes empreiteiras no financiamento de campanhas eleitorais alimentam as acusações de corrupção dirigidas ao PT e ao governo pelos partidos de oposição, as manifestações de rua, o descrédito acerca do funcionamento do mundo político e o temor de partidos e políticos investigados.

Relatos sobre participação de autoridades políticas em práticas de corrupção, financiamento ilegal de campanhas e acusações de corrupção entre adversários políticos não são uma novidade no Brasil nas últimas décadas. Eles têm sido produzidos com regularidade por cientistas sociais, órgãos da imprensa e comissões parlamentares de inquérito. Uma das novidades da Operação Lava Jato, portanto, é o fato de que sua narrativa sobre a corrupção seja elaborada a partir de instâncias judiciais e que os agentes jurídicos disponham da capacidade para reprimir comportamentos tradicionalmente tolerados, como observam Briquet (2001) e Engelmann (2016)⁵. A apresentação de denúncias e a abertura de processos legais contra empresários e políticos deslocam as acusações de corrupção dos limites e dos controles próprios ao jogo político. O caráter judicial da investigação produz novos desdobramentos ainda nos processos de investigação. São exemplos nesse sentido as conduções coercitivas, as autorizações para buscas de provas, as reuniões de informações por meio de acordos com instituições internacionais, os mandados de prisão preventiva e a obtenção de informações através de acordos de delação premiada (regulamentada pela Lei 12.850, que define “organização criminosa” e publicada em agosto de 2013). Sustentada em justificativas legais, a narrativa produzida pela Lava Jato sobre a corrupção e a *impunidade dos criminosos de colarinho branco* e as estratégias utilizadas para impor essa narrativa têm, por conseguinte, efeitos políticos específicos⁶. Essa narrativa mobiliza valores tidos como ideais pelos responsáveis pela investigação e difunde concepções sobre a boa e, sobretudo, a má política.

⁵ Para uma discussão sobre o protagonismo político das instituições judiciais no Brasil e sua demanda por “moralização da política”, que extrapola “o controle da legalidade de atos ilícitos”, ver Engelmann (2016).

⁶ Numa feliz comparação feita com o Plano Cruzado, implementado em 1986 para o combate à inflação, Bruno P. W. chama atenção – no ensaio intitulado *A Lava Jato é o Plano Cruzado do Combate à corrupção* – para os efeitos danosos que a Lava Jato desencadeia no sistema eleitoral e político. Lembro que minha preocupação aqui é mais circunscrita e está dirigida para o modo como a narrativa sobre a corrupção produzida pela Lava Jato e suas medidas judiciais criam condições para deslocamentos das posições políticas.

É importante notar que a cruzada anticorrupção reivindicada pela Operação Lava Jato se inscreve em um movimento internacional de preocupação com o tema da corrupção, de produção de legislação específica orientada para o seu controle, de esforços de cooperação entre países e agências multilaterais e de campanhas de combate à corrupção. Esse movimento ganhou vitalidade a partir dos anos 1990, quando o tema passou a fazer parte da agenda de entidades como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Transparência Internacional (TI), criada nesse contexto. Nesses anos, a corrupção passou a ser concebida como um problema não só de países em desenvolvimento e totalitários, mas também de países com economias e democracias tidas como modernas e estabelecidas. Com a globalização e a internacionalização das relações econômicas, ela também deixou de ser um problema local e ganhou o estatuto de um problema internacional. Se do ponto de vista político a corrupção passou a ser vista como uma ameaça à legitimidade dos regimes democráticos, do ponto de vista econômico e das políticas neoliberais ela passou a ser considerada como uma ameaça aos “alicerces de uma economia mundial aberta e multilateral”, uma vez que “distorce a competição e é capaz de reduzir os ganhos provenientes de fluxos livres de comércio e de investimento” (GLYNN *et al.*, 2002, p. 36). Na esteira dessas preocupações e interpretações sobre o tema da corrupção foram elaborados acordos e regulamentos multilaterais visando promover o controle das práticas internacionais e nacionais definidas como de corrupção⁷. Entre os signatários desses acordos, diga-se de passagem, encontra-se o Brasil⁸. Elevado à condição de problema público na agenda internacional, o combate à corrupção tem ocupado lugar importante nas mobilizações sociais em diferentes países e sido utilizado para justificar a destituição de governantes e reivindicar mudanças em sistemas políticos⁹.

É nesse contexto internacional e legal que, portanto, tem lugar a Lava Jato. A instauração da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF),

⁷ Ver, entre outros, Glynn *et al.* (2002) e Favarel-Garrigues (2009).

⁸ Nos últimos anos, o Brasil assinou três tratados internacionais que preveem formas de cooperação para o combate à corrupção: a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (Decreto 3.678, de 30/11/2000); a Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos – OEA (Decreto n.º 4.410, de 7/10/2012) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto n.º 5.687, de 31/01/2006). Como desdobramento desses acordos foram publicadas, entre outras, a Lei da transparência (Lei complementar 131, de 27/5/2009), a Lei de acesso a informações (Lei 12.527, de 18/12/2011) e a Lei anticorrupção (Lei 12.846, 1/08/2013).

⁹ Cf. FAVAREL-GARRIGUES, 2009b.

organizada para a investigação, ocorre, simultaneamente, à realização da 1.^a fase da Lava Jato, em março de 2014. Segundo o coordenador da força-tarefa, o procurador Deltan Dallagnol, o alvo inicial da investigação eram empresas envolvidas em lavagem de dinheiro. O nome Lava Jato, atribuído à operação, remete a uma casa de câmbio instalada em um posto de gasolina localizado em Brasília utilizada para esse fim. O ponto de partida da investigação são informações reunidas pelo MPF em inquéritos sobre casos como o *Mensalão*¹⁰ e o *Banestado*¹¹ sobre a atuação de empresas de fachada e doleiros em crimes financeiros. Novas evidências obtidas sobre a participação do doleiro Alberto Youssef, investigado nos dois casos, na compra de um carro para o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e documentos apreendidos na 1.^a e 2.^a fases da investigação em seus endereços particulares direcionam as investigações para a Petrobras. Entre os documentos, são identificados contratos de consultoria entre empresas de Youssef e empreiteiras que, por sua vez, mantinham contratos com a estatal (DALLAGNOL, 2017).

O coordenador da força-tarefa havia participado em Curitiba das investigações do MPF sobre o caso Banestado. Sua avaliação é que a experiência foi um fracasso, uma vez que a Justiça Criminal se mostrou incapaz de produzir “resultados práticos contra criminosos ricos e poderosos” (DALLAGNOL, 2017, p. 30)¹². A decepção com o sistema de Justiça no Brasil e o interesse em encontrar instrumentos jurídicos mais eficientes são apresentados pelo procurador como motivos que o levaram a realizar estudos de mestrado na Faculdade de Direito de Harvard no interstício entre o caso Banestado e o início da Lava Jato. De volta ao Brasil, ele aceita o convite para coordenar a força-tarefa com a esperança de que a nova operação rompa a “barreira da impunidade”, avance “contra a grande corrupção” e atinja “criminosos de colarinho branco do alto escalão” (DALLAGNOL, 2017, p. 85). Como no caso dos magistrados envolvidos na Operação Mãos Limpas (Itália), a incorporação desses valores pelos procuradores permite que estes se apresentem e sejam percebidos como

¹⁰ “Escândalo do Mensalão” designa o modo como foram tornadas públicas, nos anos de 2005 e 2006, as denúncias e a investigação sobre a “compra de votos” de parlamentares por integrantes do governo petista. A Ação Penal 470, apresentada pelo MPF ao Supremo Tribunal Federal, foi concluída em 2014.

¹¹ Caso Banestado é como se tornou conhecida a investigação realizada, a partir de 2003, pelo MPF sobre desvios de recursos do banco do estado do Pará, Banestado.

¹² Essa avaliação sobre o sistema de Justiça no Brasil é ratificada em diferentes momentos de seu relato sobre a Lava Jato: “estava cansado de me frustrar com um sistema de Justiça que produz impunidade para os réus de colarinho branco” (DALLAGNOL, 2017, p. 16), ou “o sistema de Justiça, lembremos, é feito para não funcionar em relação aos réus do degrau de cima da pirâmide social” (*Ibid.*, p. 60).

defensores da moralidade e dos interesses da sociedade contra os interesses dos poderosos (MUSELLA, 2001, p. 93).

A essa preocupação manifesta de criar as condições para a punição dos réus de colarinho branco, soma-se a defesa pública que integrantes da força-tarefa e de órgãos do judiciário fazem de que a lei deve valer igualmente para todos. Esse diagnóstico e o conjunto de valores defendidos pela Lava Jato são repetidos em cerimônias públicas e reproduzidos por órgãos de imprensa. Em agosto de 2015, durante sua sabatina no Senado Federal, etapa necessária para sua recondução ao cargo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não deixa de afirmar que “todos são iguais perante a lei” (FOLHA DE S.PAULO, 27/8/2015, p. A4). A ideia de que “ninguém pode estar acima da lei” é reafirmada pelo jornal *O Globo*, em editorial intitulado *Uma reafirmação de princípios republicanos*, de 5 de março de 2016, no mesmo dia em que é noticiada a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depoimento. A defesa da punição de integrantes das elites econômicas e políticas e da aplicação igualitária das leis são valores que passam a ser diretamente associados à atuação da Lava Jato. À Operação é atribuída, portanto, no âmbito dos grandes meios de comunicação, um sentido de limpeza moral da política e de justiça social.

O desenrolar das investigações da Lava Jato ganha as manchetes e torna-se matéria diária dos órgãos de comunicação escrita, tevês e redes sociais ao longo de mais de dois anos, se se considera o impeachment de Dilma Rousseff como um marco. Prisões de empresários, funcionários públicos e autoridades políticas, ações da Polícia Federal para a apreensão de provas e bens, transmissões ao vivo de depoimentos, divulgações de trechos de depoimentos e gravações efetuadas por meio de autorizações judiciais são algumas das informações que, tornadas públicas, dão conteúdo ao combate à corrupção empreendido pela Operação. O uso da imprensa na construção de uma opinião pública favorável à Lava Jato se inscreve nas estratégias utilizadas pelos promotores da investigação para angariar apoio a ela. A mobilização da sociedade via imprensa é entendida como uma forma de criar resistência às pressões políticas contrárias à investigação. Em uma de suas colunas diárias – *A pressão da sociedade* (O GLOBO, 30/08/2015) –, o jornalista Merval Pereira reproduz esse ponto de vista ao comentar um artigo do juiz Sérgio Moro no qual este ressalta a importância da imprensa para o sucesso das investigações e ações judiciais no âmbito da Operação Mãos Limpas na Itália, frequentemente referida como inspiração para a Lava Jato.

Além do uso da imprensa, a divulgação pública de dados, interpretações e resultados da investigação foi feita por meio de duas estratégias: um site específico dedicado à Lava Jato para disponibilizar informações oficiais sobre a investigação e as “entrevistas coletivas”. Transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação, as entrevistas foram utilizadas pelos procuradores para apresentar as denúncias encaminhadas ao judiciário e explicar os *esquemas de corrupção* e de *lavagem de dinheiro* até então identificados. Tratam-se, portanto, de informações já sistematizadas, que passaram pela mediação dos códigos jurídicos e quadros interpretativos mobilizados pelos procuradores. Como destaca o procurador-geral em seu livro, “passamos a ver tudo isso como instrumentos indispensáveis para dar conhecimento à sociedade sobre o que havia acontecido e estimulá-la a reagir, clamando às autoridades constituídas por uma solução consistente para o grave problema da corrupção” (DALLAGNOL, 2017, p. 91-92).

Um dos objetivos da divulgação das informações consistia, portanto, em assegurar o interesse e o apoio da sociedade à investigação. Como informa o coordenador da força tarefa: “nossa única proteção sempre foi a sociedade” (DALLAGNOL, 2017, p. 90). É nesse conjunto de estratégias utilizadas para atrair a atenção da “opinião pública” que se inscreve a opção de realizar e apresentar o processo de investigação em termos de *fases* (1.^a fase, 2.^a fase etc.). Concebida como uma inovação, a ideia das fases visava manter o interesse da investigação e era, nos termos do procurador, “uma forma de fazer com que a opinião pública não deixasse de acompanhar o desenvolvimento do caso, mantendo seu apoio à investigação” (DALLAGNOL, 2017, p. 90). A mobilização e o apoio da população à Lava Jato eram concebidos pelos investigadores como uma condição importante para garantir que os agentes políticos ameaçados pela investigação não inviabilizassem sua continuidade. Desse modo, identifica-se ao longo do relato do coordenador da força-tarefa apelos para que a *sociedade*, a *população* ou a *opinião pública* se mantenham mobilizadas e vigilantes: “é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção [...] cabe a nós, juntos, descrever o desfecho dessa história” (DALLAGNOL, 2017, p. 14), “é preciso que a população persista” (DALLAGNOL, 2017, p. 128). As mobilizações de rua atendem, em grande medida, a esses apelos.

A mobilização da população em favor da Lava Jato e do combate à corrupção foi promovida ainda por meio da proposta do MPF intitulada “As 10 Medidas Contra a Corrupção”. Segundo o coordenador da força-tarefa, uma primeira versão da proposta com as 10 medidas tinha sido elaborada

por ele e um colega no intervalo entre seu retorno ao Brasil em 2013 e o início da Operação Lava Jato: “Sonhamos juntos com um pacote de alterações legislativas que precisaria ser apresentado com uma boa estratégia de divulgação: algo simples, num formato de 10 medidas, cada uma com um objetivo claro” (DALLAGNOL, 2017, p. 35). A Operação Lava Jato torna-se, portanto, uma oportunidade para a promoção das medidas. Assim, em março de 2015, o MPF lança a proposta das 10 Medidas com o objetivo de transformá-la em um projeto de lei de iniciativa popular. Para isso organiza em diferentes estados e municípios postos de coleta de assinaturas de apoio à proposta. A divulgação das 10 Medidas conta com o apoio de movimentos que reivindicam o combate à corrupção e a colaboração da imprensa. A proposta é defendida, por exemplo, pelo jornal *O Globo* em editorial intitulado *Mais agilidade para combater a corrupção* (O GLOBO, 30/8/15, p. 18). Apesar de críticas efetuadas por ministros do Supremo Tribunal Federal e criminalistas a respeito, entre outros aspectos, do *retrocesso punitivista* da proposta, ela obteve mais de 1,7 milhão de assinaturas e, em março de 2016, tornou-se o Projeto de Lei n.º4850/2016. Após ser alvo de inúmeras críticas e emendas parlamentares, o projeto continua em análise no Congresso.

A narrativa produzida por integrantes do Ministério Público, da Justiça e por segmentos da imprensa simpáticos à Operação a descreve como uma novidade no enfrentamento da corrupção no país. Nos termos do coordenador da força-tarefa: “A Lava Jato é uma operação improvável que quebrou recordes e, pela primeira vez na história, formou uma imagem visível, ainda que por aproximação, do tamanho da corrupção no país” (DALLAGNOL, 2017, p. 160). O caráter excepcional da Operação é atribuído, sobretudo, à revelação do *complexo esquema de corrupção* identificado na Petrobras, à descoberta dos procedimentos de *lavagem de dinheiro*, ao montante de recursos recuperados em contas bancárias no Brasil e exterior e aos inúmeros processos e condenações de empresários, autoridades públicas, quadros partidários e políticos que deram sustentação política aos governos petistas e mantiveram negócios com a Petrobras a partir de 2003.

A *imagem*, o *rosto* da corrupção descrito pela Lava Jato é resumido por integrantes do MPF durante entrevistas coletivas, palestras, entrevistas à imprensa e publicações. Essa imagem é construída estritamente com base nas informações reunidas a partir da investigação na Petrobras. Como se pode observar nas duas versões reproduzidas a seguir, a fonte da corrupção na estatal é atribuída particularmente à política e aos agentes políticos. Ao propagarem essa visão, membros do MPF e da Justiça contribuem para

alimentar as críticas e disseminar representações específicas sobre a corrupção e a política no país.

Assim, em entrevista ao jornal *O Globo*, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, membro da força-tarefa, chama atenção para a “compra de apoio político-partidário” e o pagamento de “pedágio” para a aprovação de leis e prestação de serviços à administração pública:

Acreditamos que o esquema de compra de apoio político-partidário se replica em diversas empresas estatais, isso vai se revelando aos poucos. [...] O rosto nós já sabemos. Existe uma forma pela qual se compra o apoio no Congresso Nacional. E esta forma foi a distribuição de cargos em alto escalão para que fizessem caixa para o governo. [...] Para aprovar uma lei, fazer um determinado negócio com o governo, construir alguma coisa, paga-se pedágio. Esse é o rosto que vamos tentar mostrar para a população. (O GLOBO, 23/1/2016, p. 3)

A articulação entre empresários, funcionários públicos, “operadores” e agentes políticos na organização da corrupção é, por sua vez, ressaltada pelo coordenador da força-tarefa:

Nas acusações oferecidas, sistematizamos a atividade do esquema em quatro núcleos. O núcleo empresarial era composto de empreiteiras ávidas por majorar seus lucros, que, em geral, se organizavam em cartéis. O administrativo era formado por funcionários públicos do alto escalão da Petrobras que usavam seus cargos para beneficiar as empresas e arrecadar propinas. O núcleo político dava apoio aos integrantes do administrativo, garantindo seu ingresso e manutenção nas funções de direção da Petrobras. O maestro do esquema era o núcleo político, que ficava com metade ou mais das propinas – usadas para enriquecimento próprio e financiamento de campanhas eleitorais. Por fim, o núcleo operacional botava a mão na massa para realizar os pagamentos de propina sem despertar maiores suspeitas, lavando o dinheiro. [...] Esse esquema está espalhado, como uma grande metástase, pelos órgãos públicos brasileiros nas três esferas: federal, estadual e municipal. (DALLAGNOL, 2017, p. 114-117)

Considerada no conjunto dos casos de corrupção que ganharam visibilidade pública nas últimas décadas no Brasil, a identificação da atuação (individual ou de forma coordenada) de empreiteiras no âmbito dos órgãos da administração pública, no orçamento público e no financiamento das

campanhas eleitorais não constitui, certamente, uma revelação inédita¹³. Evidências sobre as articulações das empresas com o Estado e a atividade política foram bem documentadas, por exemplo, em 1994, no âmbito dos relatórios da chamada CPI do Orçamento. Referindo-se aos meios utilizados pelas grandes empreiteiras, o relatório conclui: “Manipulação de informações, superfaturamento de obras e serviços, presentes e propinas para parlamentares e funcionários públicos de todos os níveis, financiamento de campanhas eleitorais, entre outras atitudes, são marcantes na atuação dessas empresas” (Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais: Relatório Odebrecht, p. 403)¹⁴. Mas se as revelações feitas pela Lava Jato não são novas do ponto de vista de sua natureza, o enquadramento das práticas tradicionalmente inscritas nas atividades políticas e na relação das empresas com a administração pública nos códigos jurídicos produzem consequências legais para os envolvidos e transforma-se numa ameaça para os agentes políticos.

Aos políticos e ao sistema político são atribuídas as responsabilidades pelos *esquemas de corrupção* que, sugere o promotor, estão presentes nas três esferas de governo. Como registra a jornalista Maria Cristina Fernandes, o coordenador da força-tarefa passa a fazer uso em suas palestras da ideia de *propinocracia* (“governo gerido pela propina”) para caracterizar a extensão da corrupção no país¹⁵. Além da impunidade, o sistema político, qualificado de *apodrecido*, é interpretado como causa importante da corrupção: “o sistema político é, infelizmente, um estímulo ao crime no país” (DALLAGNOL, 2017, p. 170). Desse modo, em seu relato sobre a Lava Jato, o coordenador da força-tarefa apresenta os aspectos do sistema político que, a seu ver, favorecem a corrupção. Entre eles, destacam-se a necessidade de construção de maioria parlamentar por meio da distribuição de cargos públicos – utilizados para o enriquecimento pessoal e a arrecadação de fundos para o financiamento das campanhas políticas; a convivência dos partidos com seus quadros partidários envolvidos em irregularidades; o grande número de cargos administrativos preenchidos por indicação política (estimados em 22 mil e interpretados como *instrumento do clientelismo e do nepotismo*);

¹³ Para um estudo sobre a formação das principais empreiteiras brasileiras e suas articulações com o poder público durante os governos militares, ver Campos (2014).

¹⁴ Publicações na imprensa sobre a relação das empreiteiras com a corrupção são recorrentes, como exemplificam as manchetes a seguir: “PF acha lista de propinas que empreiteiras pagavam a políticos” (O GLOBO, 17/05/2007); “Orçamento está nas mãos de financiados por empreiteiras” (ESTADO DE S. PAULO, 3/06/2007); “Deltaduto financiou campanhas eleitorais, aponta investigações da PF” (ESTADO DE S. PAULO, 19/04/2012).

¹⁵ Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/4719497/o-maluco-solitario-e-o-ministerio-publico>. Acesso em: 15 nov. 2020.

a interferência das grandes empresas no Orçamento Público; o alto custo das campanhas eleitorais; o domínio dos grandes doadores na determinação dos mandatos; o grande número de partidos e a dificuldade que criam para a governabilidade e eleições por meio do sistema proporcional¹⁶. As críticas dirigidas ao sistema político e aos políticos e sua caracterização como pautado pela corrupção, o nepotismo e o clientelismo contribuem, de modo geral, para o aumento da descrença na atividade política – efeito captado pelos números recordes de votos em branco, nulo e abstenções nas consultas eleitorais de 2016 – e, especificamente, a deslegitimação de membros do governo e políticos do PT. Observa-se, portanto, que a luta anticorrupção promovida pela Lava Jato produz, ao mesmo tempo, a consagração de procuradores e magistrados como heróis nacionais e a desvalorização e criminalização da atividade política e dos políticos.

A narrativa produzida pela Lava Jato sobre a corrupção, suas críticas ao sistema político, sua iniciativas de mobilização da população e suas medidas jurídicas tiveram, como aqui sugiro, efeitos nas relações políticas. No entanto, é o modo como a narrativa e as medidas foram incorporadas às lutas sociais e políticas, e não as revelações de corrupção, como procuro demonstrar a seguir, que permitem explicar o impeachment de Dilma Rousseff.

Usos políticos da corrupção

A eleição presidencial em outubro de 2014 é realizada com a Operação Lava Jato e a CPI da Petrobras em curso. O risco de informações reunidas pela investigação serem utilizadas na disputa eleitoral torna-se mais evidente em setembro de 2014 com a publicação, descrita como *vazamento seletivo* pela imprensa e por setores que apoiam o governo petista, de trecho da delação premiada do ex-diretor Paulo Roberto Costa. Nele o ex-diretor acusava empreiteiros de *subornar* funcionários e financiar campanhas eleitorais. Informava ainda que as *comissões* recebidas pelos funcionários eram, por sua vez, divididas com os políticos e partidos que os mantinham no cargo. Apesar de seu caráter geral e de nomes não serem citados, a informação foi apropriada imediatamente pelos principais adversários de Dilma Rousseff. O senador Aécio Neves (PSDB) afirmou que Paulo Costa fez as “mais graves

¹⁶ Cabe lembrar que essas características do sistema político e eleitoral no Brasil, seus efeitos e sua relação com a corrupção encontram-se cuidadosamente descritos e analisados na literatura das ciências sociais. Ver, entre outros, Geddes; Neto (2000), Taylor (2012), Speck (2012; 2016). Para uma análise sobre a articulação da atuação das empreiteiras com as práticas de representação política, ver Bezerra (1999; 2017).

denúncias de corrupção na nossa história recente” e defendeu a saída do PT do poder. A senadora Marina Silva (Rede) manteve o tom ao afirmar que o governo mantinha uma “quadrilha que estaria acabando com a Petrobras” (CARTA CAPITAL, 17/09/2014, p. 24- 25). As duas afirmações expressam o clima beligerante – de acusações políticas, morais e pessoais – que marcou a eleição. Esta, por sua vez, refletia e alimentava a clivagem que no momento dominava a política, as redes sociais e as relações de sociabilidade mais cotidianas: nos últimos anos, o *antipetismo* e a rejeição ao PT vinham sendo cultivados por partidos de oposição, organizações e imprensa e se espalhou pela população a ponto de desfazer amizades, vínculos familiares e fomentar o receio de uma possível guerra civil. Esses sentimentos não desapareceram com o fim da eleição e a reeleição da candidata petista. Ao contrário, continuaram a ser mobilizados nas manifestações contrárias ao governo petista e ganharam, inclusive, a forma de ataques a bomba a dois diretórios paulistas do PT em março de 2015. As denúncias divulgadas pela Lava Jato e imprensa sobre o envolvimento do PT e de seus dirigentes em *esquemas de corrupção* fomentaram esses sentimentos e as mobilizações nas redes sociais e nas ruas pela deposição do governo.

Finalizada a eleição, o candidato derrotado Aécio Neves continuou cobrando a identificação dos responsáveis pelas irregularidades na Petrobras e manteve as acusações ao governo alegando, inclusive, que perdeu as eleições para uma *organização criminosa*; intervenções que foram respondidas como tentativas de desestabilizar o governo e estender o clima eleitoral. A vinculação do PT à corrupção é explorada pelos principais órgãos de imprensa. Em um artigo intitulado “corrupção sistêmica”, o jornalista Merval Pereira, por exemplo, afirma que a “sustentação política dos governos petistas é montada na base da corrupção” e reconhece que “o PT não inventou a corrupção, mas inventou um método sistêmico de corrupção que perpassa todo o organismo governamental” (O GLOBO, 16/11/2015, p. 4). O mesmo jornalista, dois dias depois, reúne em sua coluna dois dos principais argumentos que pautam as lutas políticas dos próximos anos. “Sem golpismo” é o título da coluna na qual defende que não há golpismo nas “manifestações a favor do impeachment de Dilma, seja nas ruas, seja dos políticos oposicionistas ou de meios de comunicação” (O GLOBO, 18/11/2014, p. 4). A representação do impeachment como um processo fundado nas regras constitucionais ou como um golpe jurídico-parlamentar é uma das dimensões das lutas políticas e de sentido que estruturam a sociedade brasileira nesta conjuntura. Esses argumentos sofrem pequenas redefinições, mas é possível afirmar, de

modo caricatural, que expressam duas posições políticas, jurídicas e sociais a respeito do processo que resultou no impeachment da presidente. A noção do *golpe* é mobilizada pelas pessoas que denunciam a inexistência de fatos objetivos que juridicamente justifiquem o afastamento da presidente e defendem o respeito à ordem democrática e aos princípios legais. Na posição oposta, a vencedora, encontram-se as pessoas que defendem a *legitimidade do pedido de impeachment* e sua adequação aos procedimentos políticos e jurídicos. A denúncia de *golpe* e a defesa da *legitimidade do impeachment* são reproduzidas em diferentes espaços e ganham formas variadas, entre elas as manifestações de rua.

A presença do tema da corrupção é algo recorrente em manifestações de rua após a retomada do regime democrático no Brasil em 1989. Considerando apenas os governos petistas, lembro que o combate à corrupção esteve no centro de mobilizações durante o “caso Mensalão” e de movimentos como o *Cansei*, em 2005, e *Todos Juntos contra a Corrupção*, em 2011, que tentaram, sem sucesso, mobilizar a população em torno do tema. Em 2013, nas mobilizações que se espalharam pelo país, a indignação e o combate à corrupção voltaram a ganhar destaque nos cartazes e nas palavras de ordem. A partir de 2014, impulsionado pela Operação Lava Jato, as manifestações de combate à corrupção dirigem seu foco para o PT, seus dirigentes e o pedido de impeachment de Dilma Rousseff¹⁷.

As manifestações favoráveis e contra o impeachment têm início logo após a eleição de 2014 e ganham adesões ao longo de 2015 e 2016. Cada uma delas e a sequência de manifestações merecem um exame cuidadoso. Aqui, porém, gostaria apenas de sublinhar que as manifestações a favor do impeachment e sua grande cobertura pelos meios de comunicação contribuíram para reduzir a legitimidade e força política do governo Dilma ao vincular a corrupção diretamente ao PT, ampliando, desse modo, a dependência do governo em relação ao apoio dos aliados, especialmente o PMDB, e as oportunidades para que estes reivindiquem mais espaço na administração governamental. Essas manifestações são estimuladas pelas informações divulgadas pela Lava Jato; convocadas por coletivos organizados nas redes sociais (como o Movimento Brasil Livre, Movimento Vem prá Rua Brasil e Revoltados On Line), partidos de oposição e imprensa; amplamente difundidas pelos meios de comunicação e compostas predominantemente pelas classes economicamente privilegiadas. Não obstante, elas são interpretadas

¹⁷ Para uma análise sobre as manifestações de rua realizadas no Brasil entre 2013 e 2016, do ponto de vista dos repertórios de confronto mobilizados e suas agendas, ver Alonso (2017).

como expressão de anseios populares, como propõe o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em comentário logo após uma dessas manifestações ao afirmar que estas revelam o “sentimento popular de que o governo, embora legal, é ilegítimo” (O GLOBO, 18/08/2015, p. 1). Sob o manto do combate à corrupção e ao PT coexistem, no entanto, grupos com filiações ideológicas e propostas concorrentes. As afinidades e diferenças entre as propostas presentes nas manifestações já aparecem no evento ocorrido em novembro de 2014 na cidade de São Paulo. Nele também se identificam as principais palavras de ordem e demandas presentes nas 6 principais manifestações a favor do impeachment (15/3/2015, 14/4/2015, 16/8/2015, 13/12/2015, 13/3/2016 e 31/04/2016). A manifestação, realizada 6 dias depois do resultado da eleição, reuniu cerca de 2.500 pessoas. Em alguns dos cartazes se lia: *Fora Dilma, PT é o câncer do Brasil, Dilma sabia* [referindo-se às irregularidades na Petrobras], *Precisamos tirar essa quadrilha do Brasil, Corruptos fora, Comunismo não! Fora Dilma e PT, Democracia. Impeachment Já*. Na ocasião, grupos presentes à mobilização defenderam um novo golpe militar, o que foi rechaçado por outros grupos sob a alegação de que ali não havia *golpistas*. De modo geral, as manifestações a favor do impeachment mobilizaram mais pessoas do que as contrárias, organizadas por centrais sindicais e organizações estudantis¹⁸. Distribuídas por vários estados, a manifestação de 15 de março de 2015 reuniu, segundo a imprensa, mais de 2 milhões de pessoas. A adesão às manifestações, porém, diminuiu nos eventos seguintes. Mas se as manifestações se alimentavam das denúncias de corrupção identificadas na Petrobras para justificar o pedido de impeachment, não são elas, no entanto, que constituem a justificativa jurídica para fundamentar o afastamento da presidente. Na ausência de provas que vinculassem a presidente às irregularidades investigadas pela Lava Jato, o processo de impeachment se baseou na alegação de descumprimento da Lei Orçamentária e Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é uma dimensão importante da crise política e do impeachment na medida em que aponta para os desdobramentos dos usos políticos e jurídicos das revelações de corrupção efetuadas pela Lava Jato.

O pedido de impeachment aceito pelo presidente da Câmara em 2 de dezembro de 2015 foi elaborado pelo procurador da justiça aposentado Hélio Bicudo e os advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

¹⁸ Manifestações em defesa do governo Dilma e contrárias ao impeachment ocorreram em 13/3/2015, 15/4/2015, 20/08/2015 e 16/12/2015. Os manifestantes defendem a Petrobras, dizem não ao impeachment, defendem a democracia e denunciam o “golpe de direita”.

Protocolado em setembro de 2015, esse foi o 21.^o pedido entregue à Câmara. Ex-ministro do presidente Fernando H. Cardoso, Miguel Reale já havia sido consultado em abril pelo líder do PSDB no senado a respeito do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que reprovava as contas do governo de 2014 e, nas manifestações de agosto, defendeu a saída voluntária da presidente do governo (O GLOBO, edições de 18/04/2015 e 18/08/2015). A reprovação das contas tornou-se, desse modo, a justificativa para o pedido de impeachment. Nele foram apresentados três motivos principais para a acusação de crime de responsabilidade da presidente. Tendo como fundamento o relatório do TCU, os proponentes do pedido acusaram a presidente de promover manobras fiscais por meio das quais o Tesouro Nacional atrasava o pagamento de empréstimos realizados com bancos públicos e privados para o financiamento de benefícios sociais e previdenciários. A manobra, conhecida como “pedalada fiscal”, era prática conhecida na administração pública desde os anos 2000, mas se alegou que infringia a lei de Responsabilidade Fiscal. Outro motivo apresentado no pedido foi a publicação pelo governo de decretos de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional, que aumentaram despesas e impediram que o governo atingisse a meta de superávit primário prevista na Lei Orçamentária Anual. Por fim, os proponentes do pedido argumentaram que a presidente tinha conhecimento das irregularidades na Petrobras e não tomou providência para coibi-las, incorrendo em improbidade administrativa. As acusações relativas às pedaladas fiscais e aos créditos suplementares foram amplamente rebatidas pelo governo em todas as instâncias do processo do impeachment; no entanto, como alegaram os defensores do impeachment em diferentes ocasiões, o processo era simultaneamente jurídico e político. Não havia acusações ou provas de prática de corrupção contra a presidente; no entanto, é em nome do combate à corrupção e daqueles que a encarnam nesse momento, particularmente o PT, que se estruturam as disputas políticas e as justificativas públicas para o pedido de impeachment.

Conflitos políticos e o impeachment como meio de acesso ao poder governamental

No dia 7 de dezembro de 2015, somente cinco dias depois que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), acatou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, o vice-presidente, Michel Temer, entregou à presidente da República uma carta que qualifica de

desabafo pessoal. Nesse momento, o vice-presidente e seu partido, o PMDB, já haviam, na prática, retirado o apoio ao governo liderado pelo PT. A carta, logo tornada pública, pode ser lida como a expressão de alguns princípios básicos que fundamentam as práticas políticas e de motivos que abalaram a relação entre os antigos aliados. Ela remete a uma concepção sobre a política real, a valores partilhados pelos agentes políticos e ao modo como a política é feita no cotidiano. Assim, noções como *lealdade*, *confiança*, *credibilidade* e *prestígio* atravessam todo o documento e revelam a dimensão pessoal das relações políticas¹⁹. Neste momento, detenho-me especificamente em alguns aspectos da carta que apontam para uma concepção da política que, por um lado, se opõe à narrativa normativa da política partilhada pelos procuradores da Lava Jato e, por outro, permite entender os conflitos no interior da aliança do governo entre PT e PMDB que culminam no afastamento de Dilma Rousseff da Presidência.

O vice-presidente inicia a carta ressaltando a “desconfiança” da presidente, e de pessoas de seu círculo, em relação a ele e ao PMDB. Arrola, em seguida, “fatos” que justificam sua convicção. Reclama que não foi chamado para discutir políticas para o país, mas só para “resolver as votações do PMDB e as crises políticas”. Em seguida, o tema das indicações políticas é abordado em vários itens. Condena, primeiramente, a não renovação do Ministério da Aviação Civil, ocupado durante o primeiro mandato pelo ex-ministro Moreira Franco: “Sabia que ele era uma indicação minha. Quis, portanto, desvalorizar-me”. O pedido de demissão encaminhado por outro importante aliado, Eliseu Padilha, da Secretaria de Aviação Civil, é interpretado como resultado das “desfeitas” que lhe foram feitas. O Planalto tinha retirado de um cargo na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), sem consulta, um técnico indicado por Padilha. Além disso, o ministro foi acusado de participar de uma suposta “conspiração” contra o governo. A indicação, sem que isso tenha sido discutido com ele, presidente do PMDB, de dois ministros pelo líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, e a demissão de outro aliado, são também mencionadas: “Os dois ministros, sabe a senhora, foram nomeados por ele [Picciani]. E a senhora não teve a menor preocupação em eliminar do governo o Deputado Edinho Araújo, deputado de São Paulo e a mim ligado”. A relação com o Congresso Nacional é também objeto de objeção.

¹⁹ A sobreposição entre relações pessoais (amizade, parentesco, conhecimento, consideração, gratidão etc.) e relações concebidas como políticas foi analisada em diversos trabalhos elaborados no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Ver, entre outros: Bezerra (1999), Chaves (2003), Comerford (2003), Palmeira; Heredia (2010), Villela; Marques (2017) e Lagüéns (2014).

Michel Temer se queixa de que os acordos políticos que ele, na coordenação política do governo, e Eliseu Padilha firmaram com os parlamentares para a aprovação do ajuste fiscal não foram respeitados, comprometendo sua “credibilidade”: “Os acordos assumidos no Parlamento não foram cumpridos”. Esses aspectos da carta me parecem suficientes para demonstrar a centralidade que ocupam nas negociações políticas as nomeações para os cargos nos órgãos da administração pública e os acordos efetuados com o Parlamento visando assegurar apoio ao governo. Como chamam atenção cientistas políticos ao utilizarem a noção de “presidencialismo de coalizão”, essas práticas têm constituído uma dimensão intrínseca das condições de exercício de governo. Mas como mencionei acima ao discutir a narrativa da Lava Jato sobre a política, são as negociações em torno das nomeações para os cargos e para a obtenção de apoio parlamentar que se encontram no centro das críticas e condenações efetuadas pelos procuradores à política e aos políticos. Observa-se, portanto, um conflito entre visões sobre a atividade política que resulta, nos termos de L. Musella, da “distância entre a linguagem codificada da regra e aquela das condutas ordinárias, entre a norma e a prática” (2001, p. 100).

Como indicam a carta do vice-presidente e as notícias veiculadas pela imprensa nos primeiros meses do segundo mandato de Dilma Rousseff, as indicações para os cargos políticos e administrativos foram objeto de disputas intensas no interior da aliança governamental. Como de praxe, a distribuição dos cargos estava associada ao controle de órgãos da administração pública e à construção de apoio político no parlamento. O governo contava no início do mandato com amplo apoio parlamentar e o impeachment só foi possível, como argumenta apropriadamente Fernando Limongi, na medida em que os parlamentares se alinharam, no curto intervalo de tempo do novo governo, à alternativa construída pelo vice-presidente, Michel Temer²⁰: “Esse movimento, essa mudança radical de posição, é o que precisa ser explicado” (LIMONGI, 2017, p. 6). Assim, propõe o autor, a busca de proteção da investigação da Lava Jato é o fator fundamental a ser levado em conta nessa mudança. Concordo com a ênfase atribuída por F. Limongi a esse aspecto, mas na medida em que as ameaças aos parlamentares originadas da investigação promovida pela Lava Jato intervêm nas condições políticas e na estrutura de relações instável entre partidos e lideranças da aliança governamental.

²⁰ A dependência do governo em relação à posição do PMDB é destacada por um ministro do partido em comentário feito sobre o impeachment ao jornalista Ilmar Franco. Diz o ministro: “Com o PMDB de fato dentro do governo e uma base de 250 deputados, acabou o risco de impeachment” (O GLOBO, 18/03/2015, p. 2).

As ameaças aos quadros dos diferentes partidos da aliança governamental se distribuem de modo desigual no período entre o início do segundo mandato e o impeachment. De modo geral, elas recaem, primeiramente, sobre quadros do PT que se encontram fora do governo e, posteriormente, com a importante exceção de Eduardo Cunha, sobre os quadros dos partidos aliados e, particularmente, do PMDB. As denúncias de corrupção alimentadas pela Lava Jato, as manifestações de rua, o posicionamento de partidos e meios de comunicação a favor do impeachment, a crise econômica em curso e o baixo índice de popularidade do governo, entre outros aspectos, colocam o PT numa dependência maior em relação ao PMDB e criam as condições políticas para que o grupo peemedebista reunido em torno do vice-presidente assumira, por meio de manobras políticas, a Presidência. A dificuldade do PT para gerir a crise política cria oportunidades, primeiro, para que o PMDB amplie suas demandas de maior espaço no governo e, em seguida, para que construa sua autonomia em relação ao PT – o que se manifesta tanto no Executivo quanto no Legislativo –, lidere a formação, inclusive com partidos de oposição, de uma nova coalização partidária e invista no projeto de controle do governo via o patrocínio do impeachment.

Conflitos entre o governo e o Congresso Nacional

A tensão entre o PT e o PMDB tem inicialmente o Congresso como palco e é catalisada, particularmente, pelo conflito entre a presidente e o ex-líder do PMDB e recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha²¹. Desacordos relacionados a indicações políticas para órgãos governamentais são noticiados como capítulos desse conflito. Como informa Limongi (2017) a partir de relatos fornecidos à justiça no âmbito das delações premiadas, as substituições de dirigentes promovidas pela presidente a partir de 2011 nas estatais Furnas e Petrobras contrariaram Eduardo Cunha na medida em que este perdeu influência sobre os dois órgãos²². Em dezembro de 2014, Cunha lançou sua candidatura para a presidência da Câmara²³ – poucos dias depois de circularem notícias de

²¹ As principais desavenças públicas entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha foram examinadas por F. Limongi (2017).

²² No caso da Petrobras, Eduardo Cunha sustentava e viu ser substituído o diretor da área internacional, Jorge Zelada: “Na Petrobras, essa decisão é apontada como um dos agravantes do difícil relacionamento entre Dilma e Cunha” (O GLOBO, 3/7/2015, p. 4).

²³ O discurso de lançamento da campanha ocorre em 2/12/14, mesmo dia em que, na CPI Mista da Petrobras, o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, afirma que 35 políticos estão envolvidos no “esquema investigado pela Lava Jato”.

que cerca de 70 políticos estavam mencionados nas delações e defender que o início de processos de cassação de mandatos ocorresse somente após manifestações do STF – e venceu o candidato petista impondo a primeira de uma série de derrotas ao Planalto.

Alvo da investigação da Lava Jato, o presidente da Câmara iniciou seu mandato tendo que responder a denúncias do MPF a respeito de ocultação de recursos em contas bancárias no exterior. Para se defender, em março de 2015, Cunha compareceu espontaneamente à CPI da Petrobras e negou a existência das contas. Mas a reunião de documentos comprovando a sua existência e a acusação de ter mentido acabam justificando a instauração, em novembro de 2015, de processo de quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética na Câmara. Graças a inúmeras manobras de Cunha, o processo teve um longo trâmite no Conselho e somente em junho de 2016, após a abertura de processo de impeachment da presidente, o parecer favorável à cassação do mandato do deputado é aprovado. Nesse período, os pedidos de abertura de processo de impeachment na Câmara e o destino de Cunha na Comissão se entrelaçam, tornando-se objeto de tentativas de negociações entre o Planalto e o presidente da Câmara. Como sustenta Limongi referindo-se ao conflito entre Cunha e o Planalto, “o que ele buscava era proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não quis ou não pode lhe assegurar” (2017, p. 6). Esse conflito tem vários capítulos e se estende ao longo dos mandatos da presidente e do deputado.

Poucos meses depois de tomar posse na presidência, em março de 2015, um novo embate entre o Planalto e Cunha ocorreu em torno da demissão do recém-empossado ministro da Educação, Cid Gomes (Pros). O evento explicita a intensificação da disputa entre o PT e o PMDB. Em discurso no Congresso, além de dirigir acusações diretamente a Cunha, o ministro repete o comentário que se tornou público de que havia na Câmara “300, 400 achacadores”, de que deputados do PMDB são “infiéis” e de que insistem em ampliar o espaço no governo por meio do comando de novos ministérios. Cid Gomes pede demissão poucas horas depois de deixar o Congresso, decisão atribuída a pressões de Cunha e do PMDB que ameaçaram deixar a base do governo caso o ministro permanecesse no cargo²⁴.

No Congresso, Cunha segue desafiando o governo e dá demonstrações de força política impedindo a aprovação de matérias de interesse do

²⁴ O Globo, 19/03/2015. Coluna do Bernardo Mello Franco. Segunda cabeça entregue a Cunha em 45 dias: “desempenho notável para um desafeto da presidente da República que responde a inquérito por suspeita de receber propina do petróleo”.

Planalto. As querelas no interior da aliança governamental eram exploradas pelas manchetes nos jornais: “Aliados em Guerra” (O GLOBO, 19/3/2015), “Tensão na base” (O GLOBO, 26/3/2015). A essa altura o Planalto já havia acumulado várias derrotas na Câmara: perdeu a presidência; viu aprovada a PEC do Orçamento Impositivo (que tornava obrigatória a execução das emendas parlamentares); foi aprovado, com o apoio do PMDB, o projeto de lei que impedia a fusão de partidos com menos de 5 anos; foi aprovada em 1.º turno a ampliação para 75 anos da idade máxima para permanência no serviço público (o que retirava da presidente a possibilidade de indicar 5 novos ministros para o STF); o PMDB entregou ao vice-presidente uma proposta de reforma política distinta da defendida pelo PT; foi aprovada a lei que alterava o indexador de dívidas de estados e municípios e foi aprovada a redução da maioria penal, entre outras medidas.

Mas o conflito entre o presidente da Câmara e o Planalto se intensificou em meados de julho de 2015 com a circulação da notícia de que Cunha seria em breve denunciado pelo procurador-geral da República. Nessa mesma ocasião, as investigações sobre os políticos avançavam e a Polícia Federal realizou, no âmbito da Lava Jato, uma operação para busca de documentos e apreensão de bens em imóveis de seis parlamentares, entre eles do senador Fernando Collor (PTB-AL). A operação foi duramente criticada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e da Câmara, e atribuída a ações do ministro da Justiça. A acusação de que o Planalto estava intervindo nas investigações e de que as escolhas dos investigados eram políticas já tinha sido feita por Cunha durante seu depoimento na CPI da Petrobras. A divulgação pelos jornais da informação obtida no âmbito da Lava Jato de que Cunha teria recebido R\$ 5 milhões de *propina* do empresário Júlio Camargo, atribuída ao Planalto, levou Eduardo Cunha a *romper* publicamente com o governo. A decisão não é seguida pelo PMDB e passa a ser tratada como de caráter pessoal. Mas, em retaliação, o presidente da Câmara autoriza a instalação de 4 CPIs contrárias aos interesses do Planalto. A nova denúncia do procurador-geral é entregue ao STF alguns dias depois e nela é solicitada que o parlamentar devolva aos cofres públicos US\$ 80 milhões. À imprensa, Cunha mantém seu tom de desafio ao Planalto e afirma que “não cairá sozinho”.

As ameaças e tentativas de negociação com o Planalto ganham novos elementos em novembro de 2015. Nesse momento, no Conselho de Ética da Câmara, é instaurado processo de pedido de cassação do mandato de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar. Os votos

dos parlamentares do PT na Comissão eram decisivos e Cunha, segundo informações divulgadas pela imprensa, condiciona sua decisão relativa ao acatamento do pedido de processo de impeachment à votação desses parlamentares. À imprensa, o deputado teria dito: “Está nas mãos deles. Tudo depende do comportamento do PT” (ESTADO DE S. PAULO, 1/12/2015, p. A6). Apesar das pressões, os parlamentares mantiveram a posição pelo prosseguimento do processo. Cunha cumpre a promessa e no dia 2 de dezembro aceita a denúncia com o pedido de impeachment. Enquanto conduz o processo de impeachment na Câmara, Cunha cria obstáculos para o andamento de seu processo na Comissão. Após a votação pelo impeachment da presidente na Câmara, Cunha é afastado, no início de maio de 2016, de seu mandato pelo STF. Na Comissão de Ética, o parecer do relator pedindo a cassação é finalmente votado e aprovado em 14 de junho. Alguns meses depois, atendendo à solicitação de prisão preventiva de procuradores da Lava Jato, Cunha é preso.

Conflitos no interior da aliança PT/PMDB

Apesar do conflito entre o Planalto e Cunha envolver o PMDB, paralelamente há uma tensão entre o PT e o PMDB, que tem sua autonomia e especificidade, e se expressa por meio de posicionamentos distintos em torno de questões programáticas e, sobretudo, de embates em torno do espaço do PMDB no governo. As divergências entre os dois partidos foram frequentemente objeto de destaque dos noticiários da imprensa. Com o acúmulo de tensões entre os dois partidos, as divergências eram noticiadas como indicadoras de um movimento de afastamento do PMDB do governo. Em março de 2015, por exemplo, no dia seguinte às manifestações pelo impeachment, o jornal *O Globo* destaca na primeira capa a “divergência” do PT e do PMDB em relação aos comentários oficiais de dois ministros sobre as manifestações de rua. Na mesma edição, são noticiadas as “divergências” entre os dois partidos sobre o financiamento público de campanha, o lançamento pelo PMDB de propostas para alterações nas regras eleitorais e seu posicionamento de que a reforma política, distintamente do que defendia o PT, fosse conduzida pelo Congresso (O GLOBO, 18/03/2015).

Ainda nos primeiros meses do segundo mandato, logo após a demissão de Cid Gomes, o PMDB reage fortemente à notícia de criação de um novo partido (PL) pelo ministro das Cidades, Gilberto Kassab. O PMDB acusa o Planalto de patrocinar a iniciativa que teria como objetivo diminuir o peso

do partido no governo. Para que o novo partido não fosse atingido pela regra de fusão recém-aprovada, o pedido de registro do PL no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi feito na véspera da nova lei ser sancionada. A medida irrita, une o PMDB e é alvo de protestos de suas principais lideranças. Segundo o jornalista Ilmar Franco, o presidente do Senado, Renan Calheiros, qualificou o ato de “molecagem”, Eduardo Cunha de “alopragem” e o próprio vice-presidente cobrou explicações do ministro da Casa Civil, Aloísio Mercadante (PT), que negou a *conspiração*; termo que indica o clima de desconfiança já reinante e que voltaria a ser mobilizado na troca de acusações entre os aliados. Segundo a imprensa, “a cúpula do PMDB tratou o episódio como “golpe” e “molecagem” e já fala em retaliação” (O GLOBO, 26/3/2015, p. 3). De fato, logo em seguida, Kassab foi convocado a comparecer a uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano na Câmara, e na CPI da Petrobras foi negado o pedido de adiamento do depoimento da presidente da Petrobras defendido pelo Planalto.

O conflito no interior da aliança governamental desencadeado pela criação do novo partido ganhou dois espaços importantes; por exemplo, no jornal *O Globo*. Nas duas matérias predominou a interpretação do afastamento do PMDB do governo. Com o título “Sinais do PMDB”, o jornalista Merval Pereira reproduz suposta avaliação de lideranças do PMDB de que o “PT está morto” e anuncia a dificuldade da presidente de resistir ao “desgaste político” com “a base política desagregada”. Em seu editorial, o jornal destaca “A perigosa descoordenação política do governo” e acentua as tensões entre os dois partidos e a avaliação negativa que setores do PT fazem do PMDB enquanto encarnação do “fisiologismo” e do “coronelismo” (O GLOBO, 27/03/2015, p. 4; 16). O segundo mandato, portanto, estava nos primeiros meses, e segmentos da imprensa já anunciavam publicamente e performaticamente o fim da aliança governamental e do governo.

As tensões entre o Planalto e o PMDB em torno do espaço do partido no governo eram alimentadas em boa medida pelas disputas entre as lideranças do próprio partido pelas nomeações para os cargos. No contexto de discussão sobre a montagem do ministério e da crise com o PMDB, o presidente do senado, por exemplo, contabiliza as indicações efetuadas pela presidente, pelo vice-presidente, queixa-se do risco de não indicar sequer uma pessoa e do tratamento recebido do governo: “É isso que o governo quer de mim. O Kassab é tratado como aliado de primeira (ministro das Cidades) e eu, como de segunda?” (O GLOBO, 1/4/2015, p. 2). A solução adotada para tentar equacionar as tensões com o PMDB e o Congresso é a

condução do vice-presidente, em detrimento de nomes do PT, para a coordenação política do governo. O vice-presidente assume o cargo dizendo que a presidente pediu sua “ajuda para governar” e lhe deu completa autonomia para negociar com o Congresso por meio da realização de nomeações e liberações de emendas orçamentárias. No período em que permaneceu na função, abril a agosto de 2015, o governo aprovou a proposta de ajuste fiscal, mas as tensões entre os dois partidos permaneceram. Como se queixa o vice-presidente em sua carta mencionada anteriormente, o Planalto resistia a cumprir os compromissos assumidos pela coordenação.

A possível saída do vice-presidente da coordenação política em razão de alegadas dificuldades nas relações com o núcleo petista no Planalto é noticiada no início de julho. Mas, nesse momento, a notícia sobre o afastamento do PMDB do governo é acompanhada da informação sobre a aproximação do partido com o PSDB. O possível acordo entre os partidos reintroduz a ideia da “conspiração política” como parte dos acontecimentos. Nos termos do jornalista Merval Pereira: “As lideranças do PMDB negam, por necessário, essas conversas, que significariam uma conspiração política” (O GLOBO, 4/7/2015, p. 4). No interior da cúpula do PMDB torna-se explícita a divisão entre os que defendem o afastamento e os que apostam na manutenção da sustentação ao governo de Dilma Rousseff. A disposição de grupos do PMDB para assumir o governo é anunciada pelo jornalista Ilmar Franco ao comentar a afirmação do ex-ministro Moreira Franco, que afirma: “O PMDB não conspira”. Ao que completa o jornalista: “Mas vai agarrar com as duas mãos se o poder cair no seu colo” (O GLOBO, 24/7/2015, p. 2).

Aceito o pedido de impeachment na Câmara dos Deputados e divulgada a carta do vice-presidente, uma nova fase da Lava Jato contribui para tensionar ainda mais a relação do PMDB com o Planalto. Nomeada como Catilinárias, o foco das buscas efetuadas pela Polícia Federal se concentrou em locais de políticos importantes do PMDB e pessoas a eles vinculados, como o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, o senador Edison Lobão (MA) e os ministros Henrique Alves (RN) e Celso Pansera (RJ). A operação foi mais uma vez interpretada por lideranças do PMDB como algo arquitetado pelo Planalto para comprometer o PMDB. O afastamento do partido do governo passa a ser anunciado como algo certo, como informa o jornalista Rodrigo Constantino: “O PMDB, da base aliada, está cada vez mais afastado e rebelde. A governabilidade não existe mais” (O GLOBO, 16/12/2015, p. 19). Enfim, o anúncio oficial do afastamento é feito pelo próprio vice-presidente ao ministro da Casa Civil, em março de 2016, às

vésperas da convenção do PMDB que o reelegeu como seu presidente. Nesse momento, o projeto do PMDB de assumir o governo por meio de um acordo com o PSDB é público: “Em mais uma demonstração de que o caminho de afastamento é sem volta, o PMDB começou a negociar saídas para o Brasil com a cúpula do PSDB” (O GLOBO, 11/3/2016, p. 10).

A vez dos políticos

Ao completar o primeiro ano de atuação, a Operação Lava Jato estende sua investigação aos políticos. Nos termos do coordenador da força-tarefa: “A essa altura, já havia um forte questionamento da sociedade: ‘Quando será a vez dos políticos?’” (DALLAGNOL, 2017, p. 96). A prioridade coube, inicialmente, aos políticos que tinham perdido o foro privilegiado. Informações sobre a participação de políticos nas irregularidades identificadas na Petrobras já vinham sendo reunidas pelos procuradores a partir dos depoimentos dos ex-diretores da empresa e de empresários presos. A existência de listas com nomes de autoridades políticas envolvidas nas irregularidades já era mencionada nos últimos meses de 2014 e se multiplicaram nos anos seguintes.

Os rumores em torno dos nomes incluídos nas listas, os inquéritos encaminhados pelo procurador-geral ao STF, as prisões de quadros partidários no âmbito da Lava Jato e as buscas efetuadas em imóveis ligados a políticos que integram a aliança governamental contribuíram para fomentar junto a grupos de deputados e senadores um clima de incerteza a respeito de seus destinos. Durante o ano de 2015, as ameaças tornam-se mais reais com as investigações sobre Eduardo Cunha, as buscas efetuadas em imóveis de Fernando Collor, as denúncias sobre Renan Calheiros, as prisões de João Vaccari Neto (tesoureiro do PT) e do senador Delcídio do Amaral (PT), entre outros. O clima de incerteza presente entre os parlamentares – nos termos do jornalista Ilmar Franco, de “terra arrasada” – fundava-se em estimativas sobre o grande número de parlamentares que poderiam ser investigados, 20% dos 594, e do leque de partidos atingidos: PT, PMDB, PP, PSB e siglas de oposição (O GLOBO, 4/08/2015, p. 2).

As ameaças de sanções mais consistentes às lideranças do PT e do PMDB foram ampliadas durante o 2.º semestre de 2015 com as novas fases da Lava Jato direcionadas para a reunião de informações sobre a atuação de políticos e o vazamento de delações. Como chama atenção Limongi (2017), as prisões do líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, do empresário

José Carlos Blumai, próximo do ex-presidente Lula, e do banqueiro André Esteves colocam no centro das investigações lideranças importantes do PT, como o ex-presidente. Por sua vez, os vazamentos das delações de Fernando Baiano, tido como operador financeiro do PMDB, e do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e as buscas realizadas em endereços de políticos do PMDB durante a Fase Catilinárias (dezembro de 2015) envolvem lideranças do PMDB no Senado, ministros e o próprio vice-presidente. A essa altura, a imprensa publicava a lista de mais de 60 políticos investigados pela Lava Jato (O GLOBO, 16/12/2015, p. 14). Com as ameaças produzidas pela investigação se avolumando, o impeachment torna-se, ao mesmo tempo, a alternativa para a tomada do governo pelo PMDB, processo que a meu ver já estava em curso, e, como argumenta Limongi, a via para a construção de “um acordo de proteção mútua” (2017, p. 12).

A construção de Temer como alternativa política

Se as denúncias alimentadas pela investigação da Lava Jato e imprensa, as mobilizações nas ruas e redes sociais e as oposições partidárias colocaram em xeque a popularidade do governo e impulsionaram as demandas pelo impeachment, o processo de tomada do poder pelo PMDB tendo como liderança o vice-presidente só foi possível na medida em que ambos se construíram como alternativas políticas. Indiquei acima como isso se deu no caso do PMDB ao se afastar do Planalto. No caso do vice-presidente, essa possibilidade ganha dimensão pública por meio de algumas de suas intervenções e posicionamentos públicos. A carta é um desses atos, explicita sua ruptura com a presidente e deixa claro que, uma vez reunidas as condições políticas, seu movimento em direção ao controle do governo tem por base a insatisfação do PMDB quanto à participação no governo, a adoção de nova política econômica e o acúmulo de mágoas pessoais.

No contexto marcado por fortes clivagens sociais e crise política, Michel Temer aproveita eventos públicos para se apresentar como aquele que defende e encarna valores como humildade, capacidade de diálogo, colaboração e liderança. Assim, logo após as manifestações do dia 15 de março de 2015, em discurso na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o vice-presidente afirma ter aconselhado a presidente a ter “humildade” e ressalta a importância do diálogo: “O diálogo, que é fundamental, deve ser pautado na humildade, inclusive no reconhecimento de um ou outro equívoco” (O GLOBO, 17/03/2015, p. 4). Quando convidado a assumir a

coordenação política do governo, Michel Temer parece empenhado em se apresentar como colaborador ao afirmar que atendeu, como na carta, a um “apelo” da presidente ou, como foi publicado na imprensa na ocasião, a um pedido de Dilma de “ajuda para governar” (O GLOBO, 10/04/2015, p. 6).

Na função de coordenador político, o comentário insinuante do vice-presidente de que o país precisava de alguém para unir o país gerou mais uma crise no âmbito da aliança governamental. A afirmação foi feita à imprensa após uma reunião com os líderes dos partidos da base aliada e teve grande repercussão. Ela foi interpretada por ministros do PT como gesto de “conspiração” do vice-presidente²⁵. Por meio de nota, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Firjan manifestaram apoio à proposta de “união” divulgada por Michel Temer. O evento é tido como marco do fim da relação de confiança no interior da aliança governamental: “O ajuste acabou, a missão acabou, e a confiança acabou – resume um peemedebista da cúpula do partido e próximo a Temer” (O GLOBO, 8/8/2015, p. 3). Diante das reações do núcleo petista no Planalto, o vice-presidente colocou a função de coordenador à disposição da presidente, que, no entanto, optou por mantê-lo. Mas, a partir da declaração, a presidente toma à frente das conversas com os aliados e o empresariado, reduzindo, portanto, as atribuições da coordenação. Sentindo-se “desautorizado”, Michel Temer deixa a coordenação e manifesta irritação “com insinuações de petistas de que estava gestando um golpe contra Dilma”. Segundo o ex-ministro Moreira Franco: “Ele foi muito maltratado” (O GLOBO, 22/08/2015, p. 1).

A saída de Michel Temer da coordenação política é seguida de uma série de eventos que sinalizam publicamente a adesão do vice-presidente e do partido à alternativa do impeachment: o vice-presidente levanta suspeita sobre a possibilidade de continuidade do governo, conversa com e recebe do PSDB manifestações sobre apoio a um possível governo Temer e divulga uma proposta alternativa para a economia. No dia do afastamento do vice-presidente da função de coordenador político, o jornalista Merval Pereira, mais uma vez de forma performativa, anuncia o impeachment e a ascensão de Michel Temer à presidência e conclui sua coluna anunciando que ele “brevemente assumirá o papel de negociador, em busca de uma saída democrática para a crise” (O GLOBO, 22/08/2015, p. 4). Numa reunião com empresários em São Paulo, ao comentar o índice de 8% de aprovação

²⁵ A percepção de que havia uma conspiração em curso circulava entre políticos e na imprensa. Nesse momento, na Coluna do Moreno, o jornalista faz o seguinte comentário sobre o ministro Eliseu Padilha: “Sua a camisa no almoço na defesa do governo e a refresca no jantar conspirando contra a Dilma” (O GLOBO, 8/8/2015, p. 3).

do governo, Temer afirma que Dilma não tem como resistir com a baixa popularidade, e o comentário ganhou a manchete em caixa-alta no jornal *O Globo* no dia seguinte. “PMDB já discute o pós-Dilma” é o título do artigo de Rogério Gentile no jornal Folha de S.Paulo, no qual o colunista reproduz comentário do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em que defende, já anunciando a nova aliança em curso, que a solução da crise depende da “formação de um novo bloco de poder que tenha força suficiente para reconstruir o estado brasileiro” (FOLHA DE S.PAULO, 10/09/2015, p. 2). Nos últimos dias de outubro, o vice-presidente divulga a proposta do PMDB para a economia. O documento intitulado *Uma ponte para o futuro* é uma proposta alinhada com as políticas neoliberais (como ajuste fiscal, reformas trabalhista e previdenciária, privatizações, abertura comercial e desenvolvimento centrado na iniciativa privada) e evidencia a adesão de setores do empresariado à alternativa de Michel Temer na presidência. E como se queixa o vice-presidente em sua carta, também o programa foi “tido como uma manobra desleal”. Já no cargo de presidente, após abertura do processo de impeachment, Michel Temer faz uma declaração para gestores de fundos e lideranças da política externa americana em Nova York em que explicita o vínculo entre as propostas presentes no documento e a promoção do impeachment: “E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação na presidência da República” (THE INTERCEPT BRASIL, 22/09/2016).

O presidente da Câmara Eduardo Cunha aceitou a denúncia de crime de responsabilidade da presidente Dilma no dia 2 de dezembro, mas a comissão especial que analisou a denúncia só foi instalada em março de 2016. A essa altura, a formação de um novo governo começa a ser desenhada, e manifestações de apoio de partidos como PSDB, DEM e PPS e nomes de possíveis ministros começam a circular na imprensa: Eliseu Padilha (deixou o governo após abertura do impeachment), Geddel Vieira Lima (PBDB-BA), Moreira Franco, Romero Jucá (primeiro vice-presidente do PMDB), José Serra (PSDB) e Nelson Jobim (FOLHA DE S.PAULO, 20/03/2016, p. A13). No fim de março, o diretório nacional do PMDB, em reunião presidida por Romero Jucá, decide pela ruptura com o governo e pela saída de seus seis ministros do governo. O senador Jucá, por meio da negociação de cargos, atuava como o principal articulador na busca de votos para a aprovação do impeachment e a formação do novo governo. No dia 11 de abril, um dia

antes da aprovação na Comissão Especial da Câmara do parecer favorável ao impeachment, Michel Temer deixa vazar um áudio em um grupo do WhatsApp no qual assume que, numa possível gestão como presidente, não extinguiria os programas sociais, defende a unificação do país, um governo de “salvação nacional” e conclama o apoio de todos os partidos e empresariado. Na semana seguinte, o impeachment é aprovado na Câmara com 367 votos favoráveis e 137 contrários e, três meses depois, no Senado com 61 votos favoráveis e 20 contrários.

Entre as duas votações, em maio, é tornada pública a gravação de uma conversa entre o ex-presidente na Transpetro, Sérgio Machado, e o senador Romero Jucá, então ministro do Planejamento de Michel Temer. A gravação, realizada em março por Machado, fez parte de seu acordo de delação premiada com os promotores da Lava Jato. A conversa entre os velhos aliados tem sido interpretada como uma evidência de como a promoção do impeachment foi motivada pela busca de proteção mútua de políticos contra a investigação da Lava Jato (LIMONGI, 2017), da resistência dos políticos à Lava Jato (DALLAGNOL, 2017) e do golpe que afastou Dilma Rousseff da presidência (CARTA CAPITAL, n.º 903, 1/07/2016):

Jucá: Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

Machado: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

Juca: É. Delimitava onde está, pronto.

Conclusões

A análise sobre o significado da narrativa e das medidas de combate à corrupção implementadas pela Lava Jato no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff revela que sua destituição da presidência da República resultou, particularmente, do modo como essas medidas alteraram a estrutura de relações políticas e pessoais no interior da aliança, sobretudo entre PT e PMDB. Essas alterações são um dos efeitos políticos produzidos pelo combate à corrupção anunciado pela Lava Jato. Elas podem ser observadas, por exemplo, na perda de popularidade e legitimidade do PT e de seus políticos ao serem associados à corrupção, na ampliação da dependência do PT em relação ao PMDB para garantir a governabilidade, nas reivindicações do PMDB de maior participação na gestão governamental, no fortalecimento

do vice-presidente quando este assume a função de coordenador político, no afastamento do PMDB do governo, na ampliação do temor de políticos da base do governo de serem punidos pela Lava Jato, nos movimentos do PMDB para a construção de novas alianças partidárias e na intensificação das suspeições e desavenças pessoais. Essas alterações criaram as condições para que o grupo político reunido em torno do vice-presidente Michel Temer assumisse, via sustentação política do impeachment no Congresso Nacional, a Presidência. São alterações como essas nas relações políticas, e não evidências sobre o envolvimento da presidente em práticas de corrupção, que transformaram o impeachment em instrumento legal para a destituição de Dilma Rousseff.

Não é demais lembrar que, apesar do debate público estar dominado pelo tema da corrupção e pela ânsia de moralização da política, não são acusações de corrupção que são formalmente dirigidas à então presidente. Desse modo, o impeachment não resultou da responsabilização formal da presidente quanto a sua participação em práticas tidas como de corrupção. Presente nas investigações judiciais, na imprensa, nas ruas e nas conversas cotidianas, a corrupção, no entanto, ganhou importância para o impeachment na medida em que foi incorporada e passou a ser um elemento central das disputas políticas. A destituição de Dilma Rousseff, portanto, é mais um caso de como, a partir da metade dos anos de 1990, as narrativas de corrupção têm sido mobilizadas e utilizadas nas lutas sociais e políticas.

A cruzada de combate à corrupção empreendida pela Lava Jato, os protestos em torno da corrupção e o impeachment de Dilma Rousseff são fenômenos que merecem ser examinados no contexto de transformação do tema da corrupção em problema público internacional. Nesse sentido, é preciso tentar para como a questão da corrupção tem, para além das chamadas crises morais às quais é mais diretamente associada, contribuído para a difusão de modelos de regulação de relações jurídicas, econômicas e políticas, e fomentado protestos e crises políticas. Como observa Favarel-Garrigues (2009), a operação italiana Mãos Limpas difundiu internacionalmente a representação da luta contra a corrupção como um embate entre os magistrados virtuosos e a classe política corrompida. Esse foi também o eixo da Operação Lava Jato²⁶. Em razão das comparações realizadas com frequência entre as duas operações, é importante finalizar chamando atenção para alguns efeitos políticos distintos que as críticas dirigidas à política e aos políticos elaboradas a partir de medidas judiciais de combate à corrupção tiveram nesses dois casos.

²⁶ Essa, certamente, é uma interpretação limitada sobre a corrupção. Para uma análise sobre “casos” de corrupção envolvendo grupos e instituições militares ou financeiros no Brasil, ver Bezerra (1995).

Os dois casos indicam apenas algumas das possibilidades de desdobramento das narrativas e medidas de combate à corrupção como programas nacional e internacional de regulação das atividades econômicas e políticas. Como demonstra Briquet (2001; 2010), na Itália, a “crise política” desencadeada pelos escândalos político-financeiros destruiu os principais partidos e dirigentes da primeira República (associados à “velha política”), produziu mudanças no regime político e promoveu a ascensão de partidos e políticos secundários que passaram a se apresentar como a encarnação da renovação e da nova política. No caso do Brasil, considerando os efeitos políticos mais imediatos, o combate à corrupção empreendido pela Lava Jato criou as condições para a destituição de uma presidente reeleita por maioria de votos, a tomada do poder governamental por grupos políticos identificados com a “política tradicional” (“clientelista”, “corrupta”, “conservadora”) e o alinhamento da política econômica do país às diretrizes neoliberais.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, Caderno Especial, p. 49-58, jun. 2017.
- BEZERRA, Marcos O. Corrupção e Produção do Estado. *Revista Pós Ciências Sociais*, n. 27, p. 99-130, 2017.
- BEZERRA, Marcos O. *Em nome das “bases”*: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 1999.
- BEZERRA, Marcos O. *Corrupção*: Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Anpocs/Relume-Dumará, 1995.
- BRIQUET, Jean-Louis. Crise de légitimité en Italie. La première République à l'épreuve des scandales (1992-1994). *Revue internationale des sciences sociales*, v. 196, n. 2, p. 141-154, 2010.
- BRIQUET, Jean-Louis. La “guerre des justes”: La magistrature antimafia dans la crise italienne. In: BRIQUET, J.-L.; GARRAUD, P. (ed.). *Juger la Politique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001, p. 103-121.
- CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas Catedrais*: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- CHAVES, Christine. *Festas da Política*: Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG). Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2003.

COMERFORD, John. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2003.

DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção: A Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DIOUF, Mamadou. Les poissons ne peuvent pas voter un budget pour l'achat des hameçons: Espace public, corruption et constitution de l'Afrique comme objet scientifique. *Bulletin de l'apad*, n. 23-24, 2002. Disponível em: <http://apad.revues.org/136>. Acesso em: 15 jun. 2012.

FAVAREL-GARRIGUES, Gilles. Présentation. *Droit et société*, n. 72, p. 273-284, 2009/2.

ENGELMANN, Fabiano. Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil. *Revista Conjuntura Austral*, v. 7, n. 37, p. 9-16, ago./set. 2016.

GEDDES, Barbara; NETO, Artur R. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard (org.). *Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 47-79.

FAVAREL-GARRIGUES, Gilles. Présentation. *Droit et société*, n. 72, p. 273-284, 2009/2.

GLYNN, Patrick *et al.* A globalização da corrupção. In: ELLIOTT, Kimberly A. (org.). *A corrupção e a Economia Global*. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 27-57.

JOHNSTON, Michael. A la recherché de définitions: vitalité politique et corruption. *Revue internationale des sciences sociales*, n. 149, set. 1996, p. 371-387.

LAGÜÉNS, João Vicente Marques. *Casa e Política: amizade, conflito e interesses*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos CEBRAP*, número especial, jun. 2017, p. 5-13.

MUSELLA, Luigi. La classe politique en jugement: Tangentopoli et la critique de la politique em Italie. In: BRIQUET, J.-L.; GARRAUD, P. (ed.) *Juger la Politique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001. p. 89-101.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2010.

REIS, Bruno P. W. *A Lava Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção*. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-plano-cruzado-do-combate-a-corrupcao/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SPECK, Bruno W. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, Rita de C. (org.). *Temas de corrupção política*. São Paulo: Balão Editorial, 2012. p. 49-97.

TAYLOR, Matthew M. Corrupção no Brasil: jeitinho inocente ou ameaça à democracia? In: BIASON, Rita de C. (org.) *Temas de corrupção política*. São Paulo: Balão Editorial, 2012. p. 137-176.

VILLELA, Jorge L. M.; MARQUES, Ana C. D. R. O sangue e a política: sobre a produção de família nas disputas eleitorais no sertão de Pernambuco. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 27, 2017, p. 33-51.